

# 竹島

TAKESHIMA

Com  
Perguntas e  
Respostas  
anexas

Entendemos claramente  
porque Takeshima faz  
parte do território japonês!

## Dez Tópicos sobre a Questão de Takeshima

# ÍNDICE

- ◆ Posição coerente do Japão quanto à soberania de Takeshima ————— P. 2
- ◆ Posição do Japão quanto à soberania de Takeshima e  
resumo da ocupação ilegal pela República da Coreia ————— P. 3-P. 4

## Dez Tópicos sobre a Questão de Takeshima

### ▶ Tópico 1

O Japão desde a tempos remotos reconhecia a existência de Takeshima ————— P. 5-P. 6

### ▶ Tópico 2

Não há fundamento nas afirmações de que a República da Coreia reconhecia Takeshima desde tempos remotos. ————— P. 7

### ▶ Tópico 3

Em meados do século XVII, o Japão estabeleceu sua soberania sobre Takeshima. ————— P. 8

### ▶ Tópico 4

No final do século XVII, o Japão não proibiu traslados para Takeshima, embora tenha proibido a navegação para a Ilha Utsuryo. ————— P. 9

### ▶ Tópico 5

A República da Coreia cita o depoimento de uma pessoa chamada An Yong-bok, que se opõe aos fatos, como justificativa de soberania. ————— P. 10

### ▶ Tópico 6

Em 1905 o Japão reafirmou sua soberania sobre Takeshima por decisão do Gabinete Ministerial ————— P. 11-P. 12

### ▶ Tópico 7

Por ocasião da elaboração do texto do Tratado de Paz de São Francisco, a República da Coreia solicitou aos EUA que incluísse Takeshima nas áreas às quais o Japão deveria renunciar, tendo sido recusado. ————— P. 13-P. 14

### ▶ Tópico 8

Takeshima foi designada área de treinamento de bombardeio das forças dos EUA no Japão ————— P. 15

### ▶ Tópico 9

A República da Coreia, em contravenção ao direito internacional, criou a Linha Syngman Rhee, ocupando ilegalmente Takeshima de forma unilateral. ————— P. 16

### ▶ Tópico 10

O Japão tem proposto submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, mas a República da Coreia tem recusado ————— P. 17

- ◆ Perguntas e Respostas para Eliminar Dúvidas sobre a Questão de Takeshima — P. 18-P. 26

# Posição coerente do Japão quanto à soberania de **Takeshima**

- 1] Takeshima é, indiscutivelmente, parte inerente do território japonês, à luz dos fatos históricos e baseando-se no direito internacional.
- 2] A ocupação de Takeshima pela República da Coreia não tem qualquer respaldo jurídico internacional. Sendo assim, quaisquer medidas adotadas pela República da Coreia sobre Takeshima, baseadas nessa ocupação ilegal, também não têm justificativa legal.
- 3] O Japão continuará a buscar uma solução para a disputa sobre a soberania territorial de Takeshima baseando-se no direito internacional, serena e pacificamente.

A República da Coreia não apresentou nenhuma evidência que demonstre sua soberania efetiva sobre Takeshima antes de 1905, quando o Japão reafirmou sua soberania efetiva sobre a ilha.



## [Dados de Takeshima]

- Arquipélago localizado no Mar do Japão, a aprox. 158 km a noroeste das Ilhas Oki, a 37° 14' de latitude norte e 131° 52' de longitude leste. Faz parte da cidade de Okinoshima, na província de Shimane.
- Sua área total é de 0,20 km<sup>2</sup> e é composta por duas ilhas principais, Ilha Higashijima (Mejima) e Ilha Nishijima (Ojima), e inúmeras ilhas menores ao redor.
- São ilhas acidentadas e constituídas de rochas vulcânicas com pouca vegetação e água potável.



Professor!! Explique o motivo pelo qual Takeshima é considerada território japonês!

É uma ótima postura buscar saber sobre a questão de Takeshima. Pois bem, vou explicar de um jeito fácil de entender por meio de "10 Tópicos" e Perguntas e Respostas.



# Posição do Japão quanto à soberania de Takeshima e resumo da ocupação ilegal pela República da Coreia

O Japão busca **uma solução pacífica**, baseada no **direito** e no **diálogo**.

**Em meados do século XVII o Japão estabeleceu sua soberania sobre Takeshima**

Inúmeros mapas e documentos antigos demonstram claramente que desde tempos remotos o Japão tem reconhecido a existência de Takeshima. No início do século XVII, japoneses sob a autorização do governo (shogunato de Edo) utilizavam Takeshima como ponto de referência dos navios e aportamento (ancoragem), quando iam à Ilha Utsuryo, e para caça de leões-marinhos e pesca de abalones. Pode-se imaginar que o Japão já tinha sua soberania estabelecida sobre Takeshima pelo menos desde meados do século XVII.

**O Japão reafirmou sua soberania sobre Takeshima por uma decisão do Gabinete Ministerial em 1905**

No início da década de 1900, os habitantes das Ilhas Oki, na Província de Shimane, intensificaram suas reivindicações por uma estabilização efetiva da caça de leões-marinhos. Sob tais circunstâncias, Takeshima foi incorporada à Província de Shimane por decisão do Gabinete Ministerial de janeiro de 1905. Além de reafirmar a soberania sobre Takeshima, posteriormente o Japão realizou, pacífica e continuamente, sem protestos de outros países, o exercício da soberania por meio do registro no Registro Territorial do Estado, da autorização para a caça de leões-marinhos, da cobrança de taxa de utilização de terrenos estatais, etc.. Dessa forma, foi possível começar a afirmar, de forma clara a todos os países estrangeiros e nos termos do direito internacional moderno, a soberania do Japão sobre Takeshima previamente estabelecida.

**Reconhecimento de que Takeshima pertence ao território do Japão pelo Tratado de Paz de São Francisco**

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, no processo de elaboração do Tratado de Paz de São Francisco (assinado em 08 de setembro de 1951 e se entrou em vigor em 28 de abril de 1952) que procedeu, entre outros, à reorganização do território japonês, a República da Coreia solicitou aos EUA, elaboradores do referido Tratado, que Takeshima fosse adicionada à lista das áreas às quais o Japão deveria renunciar. Todavia, o governo dos EUA negou inequivocadamente o pedido da República da Coreia alegando que “Takeshima nunca foi tratada como parte da Coreia, constituindo território do Japão.” Isto está claro num documento diplomático divulgado pelo Governo dos EUA.

Isto indica que, embora o Tratado de Paz de São Francisco tenha designado a “Coreia, incluindo as ilhas de Quelpart, Port Hamilton e Dagelet”, como áreas que o Japão deveria renunciar a todos os direitos, títulos e reivindicações, Takeshima não foi incluída intencionalmente nessa lista. É, portanto, evidente que o Tratado de Paz de São Francisco, promulgado para restaurar a ordem internacional, confirma Takeshima como parte do território do Japão.

Ademais, após a promulgação do Tratado, os EUA pediram ao Japão para usar Takeshima como área de treinamento de bombardeio. Em atendimento à solicitação e com base no Acordo firmado entre os dois países, Takeshima foi designada como área de treinamento de bombardeio e o Japão divulgou o fato publicamente. Na nova ordem internacional após a Segunda Grande Guerra Mundial, foi afirmado inequivocadamente que Takeshima pertencia ao território japonês.

Pouco antes da entrada em vigor do Tratado de Paz de São Francisco, a República da Coreia ocupou ilegalmente Takeshima em contravenção ao direito internacional

No entanto, em janeiro de 1952, pouco antes da entrada em vigor do Tratado de Paz de São Francisco, a República da Coreia estabeleceu, de forma unilateral, a chamada “Linha Syngman Rhee”, abrangendo Takeshima. Esse foi um ato em visível contravenção ao direito internacional e o Japão de imediato protestou fortemente manifestando ser um ato inaceitável. Apesar disso, a República da Coreia posteriormente estabeleceu forças de segurança e construiu alojamentos, um posto de vigilância, um farol, instalações de atracamento e outras estruturas em Takeshima. Essa ocupação de Takeshima à força pela República da Coreia não tem respaldo no direito internacional e o Japão tem feito repetidamente fortes protestos, exigindo o fim da ocupação. Nenhuma medida baseada nessa ocupação ilegal é juridicamente legitimada ou gera efeitos legais que justifiquem a soberania (Nota).

Em três ocasiões no passado o Japão propôs a resolução da questão pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), mas a República da Coreia se recusou

O Japão, que sempre trilhou o caminho da paz de forma consistente no pós-guerra, visando solucionar por meios pacíficos a questão envolvendo a soberania de Takeshima, a partir de 1954 até os dias atuais, por três vezes sugeriu submeter a questão à Corte Internacional de Justiça (CIJ), mas todas as vezes a sugestão foi recusada pela República da Coreia. É uma lástima que a República da Coreia, que desempenha papel importante em diversas situações na comunidade internacional, despreze uma solução baseada no direito internacional, mas o Japão pretende continuar a buscar os meios apropriados para uma solução da disputa, serena e pacificamente, baseando-se no direito internacional.

\* Após a ocorrência da disputa com o Japão pela soberania devido à criação unilateral da Linha Syngman Rhee em infração ao direito internacional, os sucessivos atos da República da Coreia em meio às consistentes reivindicações por parte do Japão, não afetam a decisão de soberania e têm sua capacidade de prova refutada nos termos do direito internacional. Além disso, a República da Coreia alega que a ocupação de Takeshima constitui a recuperação da soberania, mas para tanto, é preciso provar que antes de 1905, quando o Japão reafirmou sua soberania efetiva sobre Takeshima, a República da Coreia tinha soberania efetiva sobre a referida ilha. Porém, a República da Coreia nunca apresentou fundamentos que o pudessem demonstrar.



Apesar de historicamente, e de acordo com o direito internacional, Takeshima pertencer ao território japonês, a República da Coreia a ocupou ilegalmente?

Exatamente. A República da Coreia, infringindo o direito internacional, ocupou ilegal e unilateralmente Takeshima. Em reação a essa ocupação, o Japão, que sempre trilhou o caminho da paz de forma consistente no pós-guerra, procura solucionar de forma pacífica a questão. Por isso, até o presente momento sugeriu três vezes que se pusesse um fim incondicional à questão submetendo-a à Corte Internacional de Justiça (CIJ), mas a República da Coreia continuou a recusar.





## O Japão desde tempos remotos reconhecia a existência de Takeshima

O fato de o Japão reconhecer Takeshima desde a tempos remotos pode ser confirmado por vários mapas e documentos

O grupo de ilhas atualmente chamado de Takeshima era conhecido no Japão como “Matsushima”, e a ilha atualmente conhecida como Utsuryo (pronuncia-se “Ulleung” em coreano) era conhecida como “Takeshima” ou “Isotakeshima”. (Figura 1) Apesar de ter havido uma confusão temporária com relação aos nomes de Takeshima e Ilha Utsuryo devido a um erro de medição de um explorador europeu, evidentemente, segundo uma série de documentos, o Japão há muito reconhecia a existência de ambas “Takeshima” e “Matsushima”. Por exemplo, em muitos mapas, incluindo o “Kaisei Nippon Yochi Rotei Zenzu” (Revisão Completa do Mapa das Terras e Estradas Japonesas, publicado pela primeira vez em 1779), por Sekisui



Revisão Completa do Mapa das Terras e Estradas Japonesas (1846) (Foto fornecida pela Biblioteca da Universidade Meiji)



Mapa de Takeshima (por volta de 1724) (Foto fornecida pelo Tottori Prefectural Museum)

Nagakubo, que é a mais proeminente projeção cartográfica publicada do Japão, as localizações das Ilhas Utsuryo e Takeshima estão devidamente registradas em suas posições atuais entre a península coreana e as Ilhas Oki.

Ocorrência de confusão temporária no nome da Ilha Utsuryo, devido a um erro de medição por parte de um explorador europeu

Em 1787, o navegador francês La Pérouse chegou à Ilha Utsuryo, à qual batizou de Ilha Dagelet. Na sequência, em 1789, o explorador Colnett também “descobriu” a Ilha Utsuryo, a qual chamou de Ilha Argonaut.

Porém, como havia discrepância nas coordenadas geográficas da Ilha Utsuryo medidas por La Pérouse e Colnett, em mapas elaborados posteriormente na Europa a Ilha Utsuryo é retratada como se correspondesse a duas ilhas distintas. (Figura 2)

Siebold, médico alemão de Dejima, em Nagasaki, publicou na Europa o “Mapa do Japão” (1840). Siebold tinha conhecimento, a partir de inúmeros documentos e mapas do Japão, que havia duas ilhas a partir do oeste, Takeshima (nome na era Edo da Ilha Utsuryo) e Matsushima (nome na Era Edo da atual Takeshima), entre a Ilha Oki e a península da Coreia. Por outro lado, ele sabia que nos mapas europeus duas ilhas estavam alinhadas a partir do oeste, denominadas Ilha Argonaut e Ilha Dagelet. Por isso, no mapa de Siebold, a Ilha Argonaut era retratada como Takeshima e a Ilha Dagelet como Matsushima (Figura 2). Isso causou a confusão de se chamar de Matsushima a Ilha Utsuryo, que até então vinha sendo consistentemente chamada de Takeshima ou Isotakeshima.

**Em 1905, a atual Takeshima foi denominada oficialmente “Takeshima”**

Dessa forma, o conhecimento relativo a “Takeshima” e “Matsushima” dos tempos antigos e, posteriormente, os nomes das ilhas transmitidos da Europa se misturaram, mas os japoneses que viam de longe “Matsushima” pediram ao governo para que desenvolvesse a ilha. Para esclarecer a relação do nome da ilha, em 1880 o governo realizou uma pesquisa no local e confirmou que a ilha denominada “Matsushima” no pedido correspondia à Ilha Utsuryo.

Com base nas circunstâncias acima, a Ilha Utsuryo passou a ser chamada “Matsushima”, e como chamar a atual Takeshima acabou tornando-se um problema. Por isso, o governo, após ouvir a opinião da Província de Shimane, em 1905, trocou a designação para o nome oficial de “Takeshima”, que permanece até hoje.



No Japão Takeshima era reconhecida desde tempos remotos e chamada de Matsushima?

Exatamente. Inúmeros mapas e documentos comprovam corretamente que o Japão, desde tempos remotos, reconhecia a atual Takeshima e a Ilha Utsuryo. Na segunda metade do século XIX, a Ilha Utsuryo passou a ser chamada “Matsushima”, e, como durante algum tempo, ocorreram confusões, em 1905 a denominação foi alterada oficialmente para Takeshima, que prevalece até hoje.



Tópico  
2

## Não há fundamento nas afirmações de que a República da Coreia reconhecia Takeshima desde tempos remotos

A República da Coreia afirma que a “Ilha Usan”, mencionada em mapas e documentos coreanos antigos, é a atual Takeshima.

Por exemplo, a República da Coreia, baseando-se nos registros constantes em documentos coreanos antigos, como a “História das Três Nações (1145), ”Selong Sillok Jiriji” (Apêndice Geográfico para os Verdadeiros Registros do Rei Sejong: 1454), ”Sinjeung Dongguk Yeoji Sewungham” (Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia: 1531), “Dongguk Munheon Bigo” (Compilação de Documentos de Referência sobre a Coreia: 1770), “Mangi Yoram” (Guia de Negócios do Estado: 1808) e “Jeungbo Munheon Bigo” (Edição Revisada e Aumentada da Compilação de Documentos de Referência sobre a Coreia: 1908), alega que a “Ilha Utsuryo” e a “Ilha Usan” eram conhecidas desde tempos remotos e que a “Ilha Usan” é a atual Takeshima.

Há registros de bosques de bambu e muitas pessoas vivendo na “Ilha Usan”

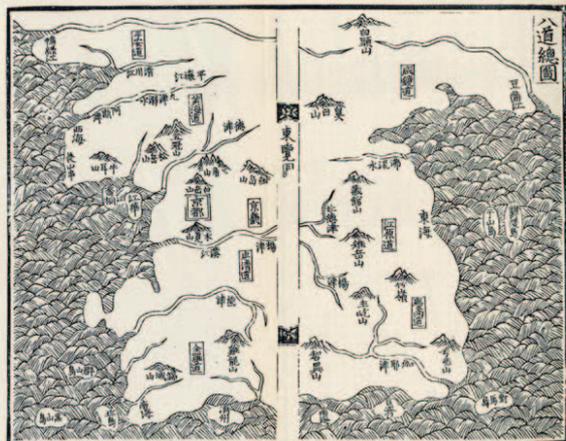
No entanto, a “História das Três Nações” descreve que a Ilha Utsuryo, que era a Ilha Usan, pertencia em 512 a Shinra, mas não há descrição relativa à “Ilha Usan”. Além disso, outros documentos históricos coreanos incluem descrições da Ilha Usan como um lugar onde viviam muitas pessoas e onde grandes bosques de bambu eram cultivados. Tais descrições não refletem

a realidade de Takeshima e, ao invés disso, sugerem algo semelhante à Ilha Utsuryo.

Documentos baseados em declarações pouco confiáveis de uma pessoa chamada An Yong-bok

A República da Coreia se referiu ao “Dongguk Munheon Bigo” (Compilação de Documentos de Referência sobre a Coreia), “Jeungbo Munheon Bigo” (Edição Revisada e Aumentada da Compilação de Documentos de Referência sobre a Coreia) e o “Yojiji”, onde está descrito que “a Ilha Usan é chamada no Japão Matsushima”, alegando claramente que a Ilha Usan é Dok-do (nome coreano de Takeshima). Ao contrário, há pesquisas que criticam a descrição original no “Yojiji” na qual a Ilha Usan e a Ilha Utsuryo constituem uma única ilha, e a descrição no “Dongguk Munheon Bigo” (Compilação de Documentos de Referência sobre a Coreia) e outros documentos, que não foram referências diretas e corretas do “Yojiji”. Essas pesquisas sugeriram que a descrição constante no “Dongguk Munheon Bigo” (Compilação de Documentos de Referência sobre a Coreia) e outros documentos se baseou em um outro documento (“Ganggyeogo”, 1756) que incluiu sem críticas as declarações pouco confiáveis de uma pessoa chamada An Yong-bok. (→ Tópico 5, refira-se às Perguntas e Respostas 3)

A “Ilha Usan”, com posição e tamanho estranhos no mapa, é uma ilha inexistente



”O Mapa das Oito Províncias da Coreia”, incluso na “Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia” (cópia)

Note-se que no mapa anexado à “Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia” a Ilha Utsuryo e a “Ilha Usan” são retratadas como duas ilhas separadas. Se a “Ilha Usan” representa Takeshima, como alega a República da Coreia, deveria ser retratada ao leste da Ilha Utsuryo, como uma ilha aproximadamente do mesmo tamanho da Ilha Utsuryo. No entanto, a “Ilha Usan” é retratada neste mapa com tamanho quase idêntico ao da Ilha Utsuryo e situada entre a península coreana e a Ilha Utsuryo (a oeste da Ilha Utsuryo), o que significa que é uma ilha completamente inexistente. (→ Refira-se às Perguntas e Respostas 2)

# Tópico 3

## Em meados do século XVII, o Japão estabeleceu sua soberania sobre Takeshima.

Takeshima era usada pelos pescadores, desde o início da era Edo, sob a autorização do shogunato

Em 1618 (ver nota), Jinkichi Ohya e Ichibei Murakawa, dois comerciantes de Yonago, na região Houki-no-kuni, governada pelo clã Tottori, receberam a permissão do shogunato para dirigirem-se à Ilha Utsuryo (então chamada “Takeshima”, no Japão). Posteriormente, as duas famílias revezaram-se nas viagens anuais à Ilha Utsuryo e engajaram-se em atividades como a pesca de abalones, a caça de leões-marinhos e o corte de árvores.

Ambas as famílias construíram navios, cujas velas ostentavam o brasão da malva-rosa da família no poder do shogunato, e dedicaram-se à pesca em torno da Ilha Utsuryo. Elas ofereceram abalones em tributo ao shogunato e a outros. As famílias estavam engajadas assim em uma espécie de monopólio na ilha, com o beneplácito do shogunato.

Durante este período, Takeshima, que se encontrava na rota das Ilhas Oki para a Ilha Utsuryo, serviu como um porto de navegação e ponto de aportamento (ancoragem) de navios. Forneceu rica área para a caça de leões-marinhos e a pesca de abalones.

Estes fatos evidenciam que o Japão já havia estabelecido a soberania sobre Takeshima, o mais tardar, em meados do século XVII.

Se o shogunato tivesse reconhecido a Ilha Utsuryo e Takeshima como territórios estrangeiros, teria proibido o traslado àquelas ilhas, pois a política de isolamento adotada em 1635, que fechava o Japão para o mundo exterior, proibia a viagem de japoneses ao exterior. No entanto, nenhuma medida nesse sentido foi adotada.

Nota: Alguns acreditam que isto ocorreu em 1625.



Autorização para traslado (cópia) incluída em “Excerpts from the Record of the Passage to Takeshima” (Foto fornecida pelo Tottori Prefectural Museum)



Como o Japão utilizava Takeshima na Era Edo?

Não há fundamento na alegação de que a República da Coreia estava ciente da existência de Takeshima desde a tempos remotos. Por outro lado, no Japão, no século XVII, quando os japoneses se trasladavam para a Ilha Utsuryo com a autorização do governo (shogunato de Edo), usavam Takeshima como ponto de navegação e ancoragem, e rica área de pesca.





Tópico  
**5**

## A República da Coreia cita o depoimento de uma pessoa chamada An Yong-bok, que se opõe aos fatos, como justificativa de soberania.

### O depoimento de An Yong-bok e seus pontos nebulosos

Depois de o shogunato haver proibido a navegação para a Ilha Utsuryo, An Yong-bok retornou ao Japão. Depois disso, ele foi libertado e retornou à Coreia, onde foi investigado pelos oficiais do governo coreano por haver infringido a proibição de viajar para a Ilha Utsuryo. A declaração de An Yong-bok na ocasião tem sido citada pela República da Coreia como uma das justificativas para a alegação atual da soberania de Takeshima.

De acordo com os documentos da República da Coreia, em 1693, An Yong-bok declara que, quando veio ao Japão, recebeu do shogunato de Edo um contrato pelo qual a Ilha Utsuryo e Takeshima pertenciam à Coreia e que esse documento lhe foi tomado à força pelo xogum de Tsushima. Por ocasião de sua deportação, após ser trazido de volta ao Japão em 1693, como haviam iniciado entre o Japão e a Coreia as negociações envolvendo a pesca na Ilha Utsuryo, seria impossível que por ocasião da vinda ao Japão em 1693, o shogunato lhe tivesse concedido um contrato que mencionasse que a Ilha Utsuryo e Takeshima pertenciam ao território da Coreia, não existindo na realidade tal fato.

Além disso, de acordo com um documento da República da Coreia, quando An Yong-bok veio ao Japão em 1696, declarou haver inúmeros japoneses na Ilha Utsuryo. Porém, sua vinda ocorreu após o shogunato haver decidido proibir viagens para a Ilha Utsuryo, e, na época, nem mesmo as famílias Ohya e Murakawa viajavam para a referida ilha.

O que consta nos documentos da República da Coreia no que se refere a An Yong-bok é seu depoimento de 1696, quando foi investigado pelos oficiais do governo coreano por haver infringido a proibição governamental de viajar para fora do país. Aparentemente, em seu depoimento há inúmeras contradições factuais além da supracitada. A República da Coreia cita seus depoimentos, que contradizem com os fatos, como fundamento para a soberania sobre Takeshima (→ Refira-se à Pergunta e Resposta 3)



Por que podemos afirmar que o depoimento de An Yong-bok carece de credibilidade?

Seu depoimento foi feito ao retornar à Coreia, após ter infringido as regras do país e viajado ao exterior, quando foi investigado. Em suas declarações há muitas contradições.



## Em 1905 o Japão reafirmou sua soberania sobre Takeshima por decisão do Gabinete Ministerial

Reafirmação inequívoca de que Takeshima pertence ao território do Japão

No início da década de 1900, a caça de leões-marinhos na atual Takeshima passou a ser realizada de forma sistemática. No entanto, como logo depois ocorreu uma situação de concorrência excessiva na caça dos leões-marinhos, Yozaburo Nakai, morador de Okishima, na Província de Shimane, buscando estabilizar o negócio de caça, em setembro de 1904, solicitou ao Ministro do Interior, Negócios Estrangeiros, Agricultura e Comércio a incorporação do território da Ilha Ryanko (vide Nota) e a concessão pelo governo de um empréstimo da ilha pelo prazo de 10 anos.

O governo aceitou o pedido de Nakai e, após ouvir a opinião da Província de Shimane, autorizou Takeshima a ficar sob a jurisdição da Prefeitura de Okinoshima, afirmando que o nome “Takeshima” era apropriado. Dessa forma, por decisão do Gabinete Ministerial de janeiro de 1905, além de se estipular que Takeshima estaria “sob a jurisdição de Okinoshima”, batizou-a de “Takeshima”, tendo o Ministro do Interior informado essa decisão ao governador da Província de Shimane. Pela referida decisão do Gabinete Ministerial, o Japão reafirmou sua soberania sobre Takeshima.

Baseando-se na decisão do Gabinete Ministerial e em outras instruções oficiais, o governador da província de Shimane anunciou, em fevereiro de 1905, a denominação oficial “Takeshima”, lembrando que esta estava sob a jurisdição de Okinoshima, e também informou ao governo de Okinoshima a respeito. Estas medidas foram publicadas nos jornais daquele dia e foram amplamente divulgadas.

Com base nesta decisão do Gabinete Ministerial estipulando que Takeshima ficasse sob a jurisdição de Okinoshima, sucursal do governo da província de Shimane, o governador desta província registrou Takeshima no Registro Territorial do Estado e estabeleceu um sistema de licenças para a caça de leões-marinhos. A caça de leões-marinhos continuou, desde então, até 1941.

\* A “Ilha Ryanko” é a designação popular da “Ilha Liancourt”, nome ocidental de Takeshima. Na época, devido a uma medição errada de um explorador europeu, a Ilha Utsuryo foi denominada “Matsushima”, e a atual “Takeshima” foi denominada “Ilha Ryanko”.



A decisão do Gabinete Ministerial de 28 de janeiro de 1905 (Foto: Japan Center for Asian Historical Records)

## A complexa interpretação da República da Coreia que alega que “Ishi-jima” era “Dok-do”

Note-se que, de acordo com o Decreto no 41 (1900) do Grande Império Coreano, na República da Coreia, além da alteração da denominação da Ilha Utsuryo para Ilha Utsu, estabeleceu-se como prefeito o supervisor da ilha. E, por meio do Decreto, estabeleceu-se a área sob a jurisdição da ilha Utsu como “toda a ilha Utsuryo e as ilhas Jukdo e Sokdo (Ishi-jima)”. Essa “Takeshima” era a pequena ilha “Chikusho”, nas proximidades da Ilha Utsuryo, mas há pesquisadores que afirmam que “Ishi-jima” corresponde à atual “Dok-do”. O motivo é que em um dialeto coreano “Ishi” se pronuncia “Tok” e se convertido em ideograma, dependendo da pronúncia, resultaria em “Dok-do”.



Empresa pesqueira de Takeshima por volta de 1909 (Foto: Kokon Shoin)

Porém, se “Ishi-jima” fosse a atual Takeshima (“Dok-do”), por que no Decreto não foi usado “Dok-do”, mas “Ishi-jima”? Além disso, surge a dúvida do porquê a República da Coreia não ter usado a designação “Ilha Usan”, que alegava ser o antigo nome de Takeshima.

De qualquer forma, mesmo que essa dúvida se esclareça, ainda não há evidência de que a Coreia já tenha exercido algum controle efetivo sobre Takeshima no momento da promulgação do Decreto Imperial. (→ Refira-se às Perguntas e Respostas 4)



Pesca de leões-marinhos em Takeshima (Foto: Coleção particular, fornecida por Takeshima Archives Room da Província de Shimane)



Entende-se claramente que pela decisão do Gabinete Ministerial de 1905, Takeshima passou a ser território do Japão pela sua incorporação à província de Shimane.

Exatamente. Ao contrário da afirmação ambígua e questionável da República da Coreia de que Ishi-jima, mencionada no Decreto de 1900, é Dok-do, em 1905 o Japão, por decisão do Gabinete Ministerial, reafirmou sua soberania sobre Takeshima e de forma pacífica e continua exerceu sua soberania pelo registro no Registro Territorial do Estado, autorização para a caça dos leões-marinhos, etc. Dessa forma, a soberania do Japão, já estabelecida no século XVII, começou a ser afirmada, de forma clara, a todos os países estrangeiros e nos termos do direito internacional moderno.





## Por ocasião da elaboração do texto do Tratado de Paz de São Francisco, a República da Coreia solicitou aos EUA que incluísse Takeshima nas áreas às quais o Japão deveria renunciar, tendo sido recusado.

Em 1951 a República da Coreia enviou carta aos EUA reivindicando a soberania sobre Takeshima

O Tratado de Paz de São Francisco, assinado em setembro de 1951, estabeleceu que “O Japão, ao reconhecer a independência da Coreia, renuncia a todos os direitos, títulos e reivindicações sobre a Coreia, incluindo as ilhas de Quelpart, Port Hamilton e Dagelet.”

Ao tomar conhecimento do teor desta parte do Tratado, que foi elaborado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido em julho de 1951, a República da Coreia, através de seu embaixador nos Estados Unidos, You Chan Yang, enviou uma carta para o secretário de Estado dos EUA, Dean G. Acheson. Na carta, o embaixador escreveu: “Meu governo solicita que a palavra ‘renuncia’ no Parágrafo (a) do Artigo 2, seja substituída por ‘confirma que renunciou, em 9 de agosto de 1945, a todos os direitos, títulos e reivin-

dicações sobre a Coreia e as ilhas que faziam parte da Coreia antes de sua anexação pelo Japão, incluindo as ilhas Quelpart, Port Hamilton, Dagelet, Dokdo e Parangdo’.” (Nota 1)

San Francisco Peace Treaty

CHAPTER II  
TERRITORY

Artigo 2 item a

*Article 2*

(a) Japan recognizing the independence of Korea, renounces all right, title and claim to Korea, including the islands of Quelpart, Port Hamilton and Dagelet.

(b) Japan renounces all right, title and claim to Formosa and the Pescadores.

(c) Japan renounces all right, title and claim to the Kurile Islands, and to that portion of Sakhalin and the islands adjacent to it over which Japan acquired sovereignty as a consequence of the Treaty of Portsmouth of 5 September 1905.

(d) Japan renounces all right, title and claim in connection with the League of Nations Mandate System, and accepts the action of the United Nations Security Council of 2 April 1947, extending the trusteeship system to the Pacific Islands formerly under mandate to Japan.

(e) Japan renounces all claim to any right or title or interest in connection with any part of the Antarctic area, whether deriving from the activities of Japanese nationals or otherwise.

(f) Japan renounces all right, title and claim to the Spratly Islands and to the Paracel Islands.

Artigo 2 do Tratado de Paz de São Francisco

KOREAN EMBASSY  
WASHINGTON, D. C.

July 19, 1951

Your Excellency,

I have the honor to present to Your Excellency, at the instruction of my Government, the following requests for the consideration of the Department of State with regard to the recent revised draft of the Japanese Peace Treaty.

1. My Government requests that the word "renounces" in Paragraph a, Article Number 2, should be replaced by "confirms that it renounced on August 9, 1945, all right, title and claim to Korea and the islands which were part of Korea prior to its annexation by Japan, including the islands Quelpart, Port Hamilton, Dagelet, Dokdo and Parangdo."

2. As to Paragraph a, Article Number 2, in the proposed Japanese Peace Treaty, my Government wishes to point out that the provision in Paragraph A, Article 4, does not affect the legal transfer of vested properties in Korea to the Republic of Korea through decision by the Supreme Commander of the Allied Forces in the Pacific following the defeat of Japan confirmed three years later in the Economic and Financial Agreement between the Republic of Korea and the United States Military Government in Korea, of September 11, 1948.

3. With reference to Article 9, my Government wishes to insert the following at the end of Article 9 of the proposed

Peace Treaty

Washington D C

*You Chan Yang*  
You Chan Yang

1. My Government requests that the word "renounces" in Paragraph a, Article Number 2, should be replaced by "confirms that it renounced on August 9, 1945, all right, title and claim to Korea and the islands which were part of Korea prior to its annexation by Japan, including the islands Quelpart, Port Hamilton, Dagelet, Dokdo and Parangdo."

[(Nota 1) Refira-se à parte sublinhada]

Carta enviada pelo embaixador da República da Coreia nos EUA, You Chan Yang, ao secretário de Estado dos EUA Dean G. Acheson (cópia)

## Os EUA negaram inequivocadamente as alegações de soberania territorial da República da Coreia

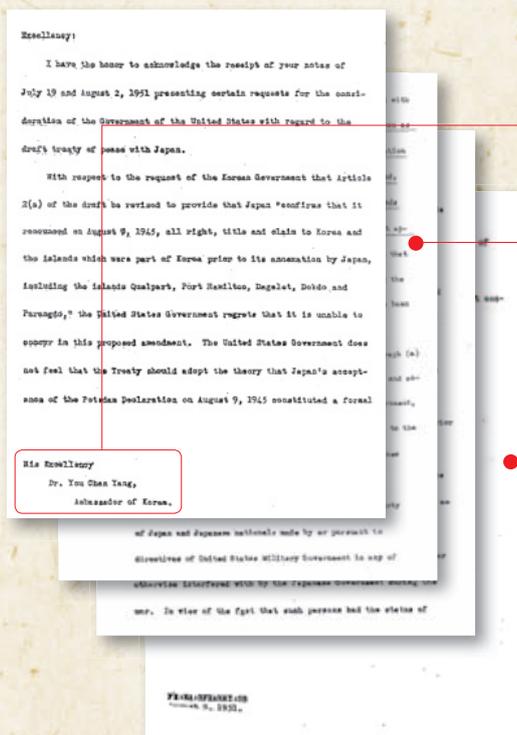
Em relação a esse parecer da República da Coreia, em agosto do mesmo ano, os Estados Unidos responderam ao embaixador Yang, por meio de uma carta do secretário de Estado adjunto dos EUA para Assuntos do Extremo Oriente, Dean Rusk, da seguinte forma, negando inequivocadamente as alegações da República da Coreia.

...O Governo dos Estados Unidos não reconhece que o Tratado (Tratado de Paz de São Francisco) deva adotar a teoria de que a aceitação da Declaração de Postdam pelo Japão, em 9 de agosto de 1945, constituiu uma renúncia formal ou definitiva de soberania por parte do Japão sobre as áreas tratadas na Declaração

Quanto à ilha de Dokdo, também conhecida como Takeshima ou Liancourt Rocks, esta formação rochosa normalmente desabitada, de acordo com as nossas informações, nunca foi tratada como parte da Coreia e, desde 1905, tem estado sob a jurisdição administrativa das Ilhas Oki, da província de Shimane, no Japão. A ilha parece nunca ter sido reivindicada pela Coreia... (Nota 2)

Se nos basearmos nesses fatos, é evidente que o Tratado de Paz de São Francisco considera Takeshima como pertencente ao território do Japão.

Note-se que também no relatório do embaixador Van Fleet, quando visitou a República da Coreia em 1954 (refira-se ao Tópico 10), consta a conclusão dos Estados Unidos de que Takeshima pertence ao território do Japão e não está incluída nas ilhas que foram excluídas pelo Tratado de Paz de São Francisco.



Carta de Dean Rusk (cópia)

**His Excellency**

**Dr. You Chan Yang,  
Ambassador of Korea.**

in the Declaration. As regards the island of Dokdo, otherwise known as Takeshima or Liancourt Rocks, this normally uninhabited rock formation was according to our information never treated as part of Korea and, since about 1905, has been under the jurisdiction of the Oki Islands Branch Office of Shimane Prefecture of Japan. The island does not appear ever before to have been claimed by Korea. It is understood that

[(Nota 2) Refira-se à parte sublinhada]

**For the Secretary of State:**

**Dean Rusk**

Tópico  
8

## Takehima foi designada área de treinamento de bombardeio das forças dos EUA no Japão

Novas evidências de que em meio à nova ordem internacional após a Segunda Grande Guerra Mundial, Takehima foi reconhecida como parte do território japonês

Em julho de 1951, quando o Japão ainda estava sob ocupação, o Supremo Comando das Forças Aliadas, por meio da SCAPIN (Nota Instrutiva do Supremo Comando das Forças Aliadas no 2160, designou Takehima como área de treinamento de bombardeio dos EUA.

Em julho de 1952, logo após a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, as forças dos EUA manifestaram seu desejo de continuar usando Takehima como área de treinamento, e o Comitê Misto criado como órgão consultivo entre o Japão e os EUA para a implementação do referido Acordo, com base no Acordo Administrativo Japão-EUA (Nota: acordo baseado no antigo Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre o Japão e os Estados Unidos da América, sendo sucedido pelo atual “Acordo sobre o Estatuto das Forças entre o Japão e os EUA”), designou Takehima como uma área de treinamento de

bombardeio das forças dos EUA no Japão e comunicou a decisão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão.

No entanto, como houve forte solicitação dos habitantes locais, que desejavam se engajar em atividades de caça de leões-marinhos e coleta de abalones e algas na região marítima nos arredores de Takehima, e como as forças dos EUA decidiram interromper a partir do inverno do mesmo ano o uso de Takehima como área de bombardeio de treinamento, o Comitê Misto, em março de 1953, decidiu cancelar a designação da ilha como área de treinamento de bombardeio.

Conforme o Acordo Administrativo Japão-EUA, o Comitê Misto “terá a função de órgão consultivo que decidirá sobre instalações e áreas dentro do Japão”. Portanto, Takehima foi discutida pelo Comitê, que decidiu por torná-la uma área de uso pelas forças dos EUA no Japão, o que demonstra em outras palavras que Takehima pertence ao território japonês.

九、竹島爆撃訓練区域  
 (一) 区域  
 北緯三七度一五分、東経一三  
 一度五二分の点を中心とする直  
 径一〇マイルの円内  
 (二) 演習時間  
 毎日二十四時間



Diário Oficial que publicou a designação de Takehima como área de treinamento das forças dos EUA (julho de 1952)



Mesmo nas regras mundiais após a Segunda Grande Guerra Mundial, Takehima foi reconhecida como território japonês, correto?

Exatamente. Até os EUA reconhecerem Takehima como parte do território japonês e justamente por isso solicitaram o uso da ilha como área de treinamento de bombardeio das forças dos EUA.



# Tópico 9

## A República da Coreia, em contravenção ao direito internacional, criou a Linha Syngman Rhee, ocupando ilegalmente Takeshima de forma unilateral.

Linha Syngman Rhee, estabelecida de forma unilateral em contravenção ao direito internacional

Em 1952, o presidente da República da Coreia, Syngman Rhee, emitiu uma declaração a respeito da soberania marítima, estabelecendo a chamada “Linha Syngman Rhee”. O estabelecimento desta linha, abrangendo Takeshima e uma grande área de águas com jurisdição de pesca foi um ato unilateral, em contravenção ao direito internacional.

Em março de 1953, o Comitê Misto Japão-EUA decidiu cancelar a designação de Takeshima como área de treinamento de bombardeio das forças dos EUA no Japão. A partir de então, as atividades de pesca em Takeshima voltaram a ocorrer, mas foi confirmado que cidadãos da República da Coreia realizavam atividades de pesca em Takeshima e nos seus arredores. Em julho do mesmo ano, ocorreu um incidente em que um navio de patrulha da Agência de Segurança Marítima (hoje Guarda Costeira do Japão), que exigia a coreanos praticando pesca ilegal que deixassem Takeshima, foi alvejado por autoridades coreanas que protegiam os pescadores daquele país.



Linha Syngman Rhee

A República da Coreia mantém um batalhão permanente em Takeshima e continua a ocupação ilegal

Em junho de 1954, o Ministério do Interior da República da Coreia anunciou que a guarda costeira do país havia enviado um batalhão permanente para Takeshima. Em agosto do mesmo ano, um navio da Agência de Segurança Marítima do Japão, em patrulha nas proximidades de Takeshima, foi alvejado por fogo vindo das ilhas. Este incidente confirmou que forças de segurança da República da Coreia tinham se estabelecido em Takeshima.

A República da Coreia continua mantendo um batalhão permanente e tem alojamentos, posto de vigilância, farol e instalações de atracamento e outras estruturas construídas na ilha.

Além do estabelecimento da “Linha Syngman Rhee” criar uma direção ilegal em águas internacionais, a ocupação de Takeshima pela República da Coreia é ilegal e não tem qualquer respaldo no direito internacional. Nenhuma medida tomada pela República da Coreia em relação a Takeshima durante sua ocupação ilegal tem qualquer justificativa legal. Esta ocupação ilegal é inaceitável, dada a soberania do Japão sobre Takeshima. O Japão tem feito repetidamente fortes protestos, exigindo o fim da ocupação.



O navio de patrulha Hekura foi alvejado próximo de Takeshima, no Mar do Japão / Tottori / Cidade de Sakaiminato 1953 (Foto: Jornal Yomiuri)

# O Japão tem proposto submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, mas a República da Coreia tem recusado

Em busca de uma solução pacífica baseada no direito internacional

Desde a criação da “Linha Syngman Rhee” pela República da Coreia, o Japão tem feito fortes protestos contra as ações adotadas por aquele país, como a reivindicação de soberania sobre Takeshima, a pesca ao redor das ilhas, os disparos contra embarcações de patrulha japonesas e as construções nas ilhas.

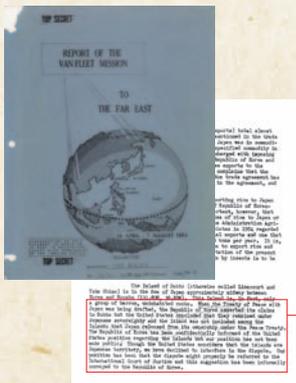
Sob tais circunstâncias, a fim de solucionar pacificamente a disputa, o Japão propôs à República da Coreia, por meio de uma Nota Verbal, que a controvérsia fosse submetida à Corte Internacional de Justiça, em setembro de 1954. Por ocasião da reunião de chanceleres dos dois países, em março de 1962, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão Zentarō Kosaka propôs novamente que a questão fosse submetida à Corte ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia Choe Deok Shin, mas a proposta foi rejeitada por aquele país.

Em agosto de 2012, o Japão, por ocasião da visita a Takeshima do então Presidente Lee Myon

Pak, a primeira de um presidente daquele país à ilha, o Japão propôs novamente, por meio de uma Nota Verbal, que a questão sobre a soberania de Takeshima fosse submetida à Corte Internacional de Justiça, mas a República da Coreia rejeitou a proposta novamente (Nota 2).

Nota 2: A Corte Internacional de Justiça é um sistema no qual os processos são iniciados apenas quando ambas as partes da controvérsia concordam em levar o caso à Corte. Da perspectiva de observância ao “Soberania do Direito” no seio da comunidade internacional, desde 1958 o Japão, como princípio fundamento, tem aceitado a jurisdição compulsória da Corte Internacional de Justiça, mesmo no caso de em outro país submeter uma ação de forma unilateral contra o Japão. No entanto, a República da Coreia não tem adotado postura semelhante. Portanto, mesmo que o Japão submeta uma ação de forma unilateral, a jurisdição da Corte Internacional de Justiça somente se estabelecerá se houver consentimento espontâneo por parte da República da Coreia concordar com ela voluntariamente.

Nota 1: Em 1954, os Estados Unidos também recomendaram à República da Coreia a submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça. No relatório do embaixador Van Fleet, que visitou a República da Coreia em 1954, está registrado que os Estados Unidos, apesar de considerarem que Takeshima faz parte do território japonês, consideraram também que seria apropriado que a controvérsia fosse submetida à Corte Internacional de Justiça. O embaixador Fleet informou ainda que os Estados Unidos transmitiram tal proposta à República da Coreia.



Relatório da missão de Van Fleet (cópia)

a group of barren, uninhabited rocks. When the Treaty of Peace with Japan was being drafted, the Republic of Korea asserted its claims to Dokdo but the United States concluded that they remained under Japanese sovereignty and the Island was not included among the Islands that Japan released from its ownership under the Peace Treaty. The Republic of Korea has been confidentially informed of the United States position regarding the islands but our position has not been made public. Though the United States considers that the islands are Japanese territory, we have declined to interfere in the dispute. Our position has been that the dispute might properly be referred to the International Court of Justice and this suggestion has been informally conveyed to the Republic of Korea.

# Perguntas e Respostas



- Pergunta 1 No direito internacional, a proximidade geográfica de uma ilha do território de uma nação tem relação com a soberania sobre essa ilha?
- Pergunta 2 Takeshima é mencionada em documentos e mapas antigos da República da Coreia?
- Pergunta 3 Que tipo de pessoa foi Ahn Yong-bok?
- Pergunta 4 Há provas de que as ilhas pertenciam à Coreia antes da incorporação de Takeshima em 1905 pelo governo japonês?
- Pergunta 5 Takeshima se enquadra nos “territórios dos quais o Japão se apossou com violência e cobiça” constantes na Declaração do Cairo?
- Pergunta 6 Takeshima foi excluída do território japonês pelo SCAP após a Segunda Grande Guerra Mundial?

## Pergunta 1

No direito internacional, a proximidade geográfica de uma ilha do território de uma nação tem relação com a soberania sobre essa ilha?

## Resposta

No direito internacional a soberania territorial não é reconhecida apenas pela proximidade ao território de uma nação.

A República da Coreia alega que a proximidade geográfica entre Takeshima e a Ilha Utsuryo comprova que “Takeshima é geograficamente parte da Ilha Utsuryo”. No entanto, o direito internacional não reconhece a soberania territorial levando em conta apenas a proximidade geográfica em si. Esse entendimento é demonstrado pela jurisprudência estabelecida por cortes internacionais.

Por exemplo, na década de 1920, quando os Estados Unidos e a Holanda disputaram soberania sobre a Ilha das Palmas, determinou-se que: “O título de contiguidade, entendida como a base da soberania territorial, não possui fundamento no direito internacio-

nal...” Além disso, recentemente, em sua sentença no caso relacionado à Disputa Terrestre e Marítima entre Nicarágua e Honduras no Mar do Caribe, ocorrida em 2007, a CJI não aceitou a proximidade geográfica que a Nicarágua argumentou como fundamento para a determinação da soberania sobre a área disputada. Além disso, no caso relacionado à disputa sobre as ilhas de Ligitan e Sipadan, entre a Indonésia e a Malásia, em 2002, a CJI rejeitou a alegação da Indonésia de que ambas as ilhas, situada a 40 milhas náuticas de uma ilha em relação à qual a soberania não era disputada, eram ilhotas pertencentes a esta.

## Pergunta 2

# Takeshima é mencionada em documentos e mapas antigos da República da Coreia?

## Resposta

Não. Embora a República da Coreia alegue que a Ilha Usan referida em seus documentos e mapas antigos seja a atual Takeshima, não há embasamento nessa alegação.

(→ Refira-se ao Tópico 2)

### Documentos antigos que a República da Coreia apresenta como “provas”:

A República da Coreia alega, baseando-se em documentos antigos da Coreia, que por séculos as ilhas Utsuryo e Usan eram conhecidas, e que a Ilha Usan é a atual Takeshima. Todavia, não foi encontrada prova da alegação da República da Coreia de que a Ilha Usan nos documentos antigos da Coreia seja de fato a atual Takeshima.

Por exemplo, a República da Coreia alega que na *Sejong Sillok Jiriji* (Seção Geográfica dos Anais do Reino do Rei Sejong: 1454) e na *Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam* (Edição Revista e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia: 1531), as ilhas de Usan e Utsuryo são descritas como estando no mar a leste da província de Uljin, o que significa que essa Ilha Usan é Takeshima. Todavia, a *Sejong Sillok Jiriji* menciona que “no período Shilla, era chamada Província de Usan. Também era chamada Ilha Utsuryo. Além disso, o terreno é de cem *ri* quadrados.” (新羅時称于山国 一云鬱陵島 地方百里), e na *Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam* é referido conforme segue: “Segundo uma teoria, Usan e Utsuryo são originalmente a mesma ilha. Sua área é de cem *ri* quadrados.” (一説于山鬱陵本一島 地方百里). Estes documentos não contêm menção específica à Ilha Usan; eles contêm apenas escritos relacionados à Ilha Utsuryo. Há também documentos coreanos que mostram claramente que a Ilha Usan não é a atual Takeshima. Por exemplo, o Volume 33 dos Anais do Rei Teajong, cobrindo fevereiro do 17º ano do seu reino (1417), contém a declaração: “O Inspetor Real Kin In-u voltou da Ilha Usan e trouxe produtos locais como tributo, incluindo grandes bambus [...], tendo vindo acompanhado de três residentes locais. Havia cerca de quinze famílias morando na ilha em um total de 86 pessoas.” (按撫使金麟雨還自于山島 獻土產大竹水牛皮生苧綿子撿撲木等物 且率

居人三名以來 其島戶凡十五口男女并八十六). Todavia, não há bambu em Takeshima, nem poderiam 86 pessoas morar lá.

A República da Coreia alega que a *Dongguk Munheon Bigo* (Compilação de Referência de Documentos sobre a Coreia: 1770) e outros documentos mencionam que “Utsuryo e Usan são todas terras pertencentes à Província de Usan, e Usan é chamada Matsushima no Japão”, mas esses documentos datados a partir do século 18 se baseiam em uma declaração não confiável de um homem chamado Ahn Yong-bok, que entrou ilegalmente no Japão em 1696 (Refira-se à Pergunta e Resposta 3). Ademais, embora editores dos documentos nos séculos 18 e 19 possam ter escrito “Usan é chamada Matsushima no Japão”, isso não significa que a “Usan” mencionada na *Sejong Sillok Jiriji* (Seção Geográfica dos Anais do Reino do Rei Sejong) do século 15 ou na *Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam* (Edição Revista e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia) do século 16 seja de fato Takeshima.

### Mapas antigos que a República da Coreia apresenta como “provas” (Nota)\*:

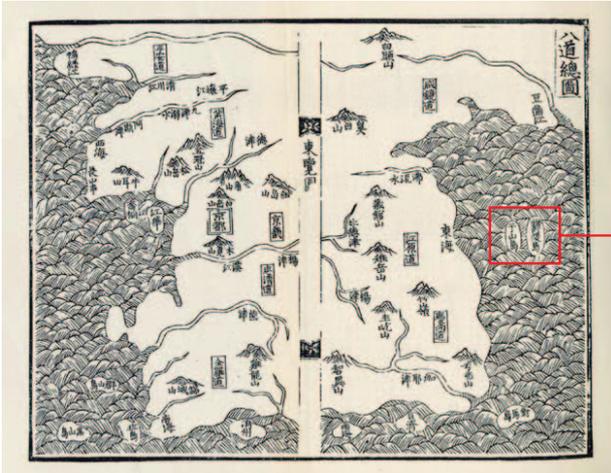
A República da Coreia também insiste que mapas coreanos datados desde o século 16 descrevem Takeshima como sendo a Ilha Usan, mas a Ilha Usan mostrada nos mapas coreanos não é Takeshima.

\* (Nota) Note-se que para o direito internacional, apenas mapas associados a tratados são considerados como fundamentos para demandas territoriais, e mesmo esses mapas têm somente um significado complementar, posto que a intenção dos signatários do tratado seja expressa no texto principal.

Por exemplo, o mapa anexo à *Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam* (Edição Revista e Ampliada da

Pesquisa da Geografia da Coreia (1531)), “O Mapa das Oito Províncias da Coreia”, mostra as ilhas de Utsuryo e “Usan”. Se a “Ilha Usan” é aceita como sendo Takeshima, conforme a República da Coreia argumenta, então esta ilha deveria ter sido descrita como uma ilha distante a leste da Ilha Utsuryo e muito menor do que esta. Todavia, a “Ilha Usan” neste mapa está

situada entre a península coreana e a Ilha Utsuryo, apresentada como sendo quase do mesmo tamanho da Ilha Utsuryo. Portanto, a “Ilha Usan” no Mapa das Oito Províncias da Coreia ou é a Ilha Utsuryo mostrada como duas ilhas, ou uma ilha fictícia, e não Takeshima, que se situa distante a leste da Ilha Utsuryo.



(Mapa Ampliado)

Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia.

O Mapa das Oito Províncias da Coreia (Cópia)

Em mapas coreanos datados a partir do século 18, a Ilha Usan aparece a leste da Ilha Utsuryo. Essa Ilha Usan não é a atual Takeshima.

Por exemplo, no Mapa da Ilha Utsuryo relacionado à excursão de inspeção de Bak Seok-chang à Ilha Utsuryo em 1711, a “Ilha Usan” é mostrada a leste da Ilha Utsuryo, mas há uma nota mencionando que “a chamada Ilha Usan, campo(s) de bambu *haejang*.”

Este bambu *haejang* é um tipo de grama de bambu, mas, como nas ilhas rochosas de Takeshima não é encontrado esse tipo de vegetação, esta Ilha Usan não pode ser Takeshima. Note-se que o bambu *haejang* cresce em Jukdo (Nota), uma ilha cerca de 2 km a leste da Ilha Utsuryo. Isso sugere que a “Ilha Usan” mostrada no Mapa da Ilha Utsuryo é de fato Jukdo.



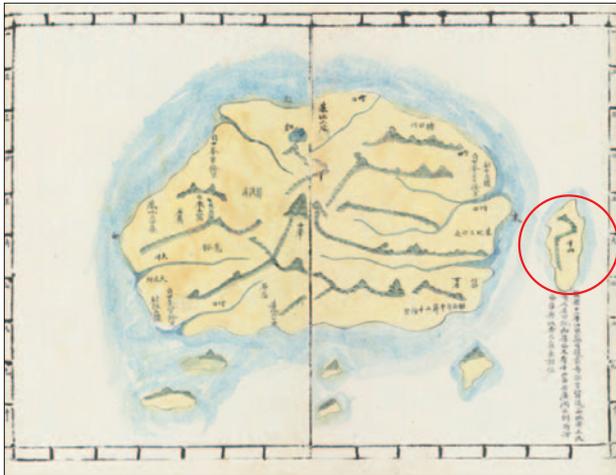
Jukdo

Mapa de medição da Ilha Utsuryo pelo Departamento Hidrográfico da Marinha

(Nota) Jukdo é uma pequena ilha localizada a cerca de 2 km a leste da Ilha Utsuryo

O famoso cartógrafo coreano Kim Jeong-ho elaborou um atlas denominado *Cheonggudo* (1834), em cujo Mapa da Ilha Utsuryo descreve uma ilha longa e estreita denominada “Usan” a leste da Ilha Utsuryo.

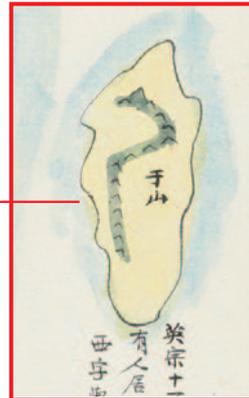
Este mapa inclui marcas de distância (uma marca de distância é de dez *ri* coreanos, cerca de 4km) em todos os quatro lados, portanto as distâncias são claras.



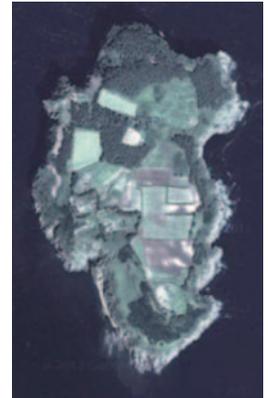
Mapa da Ilha Utsuryo extraído do *Cheonggudo* (1834) (Biblioteca Tenri, Universidade Tenri). Proibida a reprodução.

Como a ilha é mostrada a cerca de apenas 2 ou 3 km da Ilha Utsuryo, e pelo seu formato é claramente Jukdo, que se situa a cerca de 2 km a leste da Ilha Utsuryo (Takeshima está a cerca de 90 km de distância).

Em outras palavras, a “Usan” mostrada nos mapas da Coreia a partir do século 18 é provavelmente Jukdo.



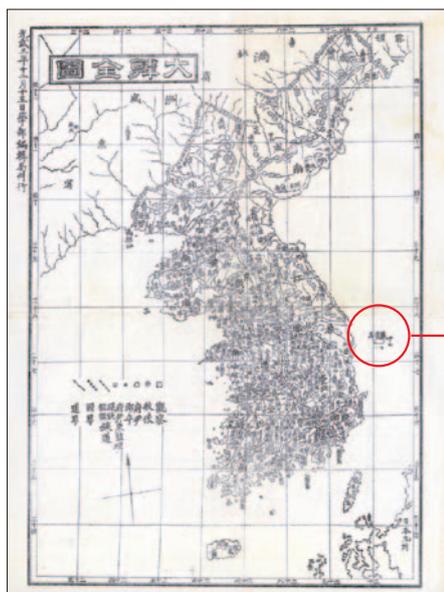
A ilha “Usan” descrita no mapa *Cheonggudo* (1834) é Jukdo.



Atual Jukdo

Mapas mostrando Jukdo, cerca de 2 km a leste da Ilha Utsuryo, como “Usan” foram elaborados também na era moderna. O *Daehanjeondo*, impresso pelo Gabinete Editoria Acadêmico do Império

Coreano em 1899, é um mapa moderno com linhas de latitude e longitude, e também mostra “Usan” à direita da Ilha Utsuryo. Essa “Usan” é também Jukdo, e não a atual Takeshima.



*Daehanjeondo*  
(Foto: Toyo Bunko)



### Pergunta 3

## Que tipo de pessoa foi Ahn Yong-bok?

### Resposta

O coreano Ahn Yong-bok, que viveu no final do século 17, visitou o Japão em duas ocasiões. A Coreia usa a declaração de Ahn Yong-bok como prova de sua soberania sobre Takeshima. Contudo, ele não representava a Coreia e sua declaração não condiz com a realidade, carecendo de credibilidade.

(→ Refira-se aos Tópicos 2 e 5)

Em 1693, Ahn Yong-bok decidiu pescar na Ilha Utsuryo (na época denominada “Takeshima” no Japão) e acabou sendo conduzido pelos chefes da família Ohya ao Japão, para onde retornou por vontade própria em 1696 para acusar o Domínio Tottori. Todavia, depois disso, ele foi interrogado pelas autoridades coreanas por ter deixado o país sem permissão. No interrogatório, Ahn disse que havia encontrado japoneses na Ilha Utsuryo, acusou os de ultrapassar ilegalmente a fronteira e que, ao ouvir que japoneses estavam morando em Matsushima, tinha considerado Matsushima como sendo a Ilha Jasan, que era também território coreano. Dessa forma, a estória desenvolveu-se posteriormente em documentos coreanos de que a Ilha Usan e a Takeshima de hoje (ou “Dokdo” em coreano) estavam relacionadas.

A República da Coreia usa essa declaração de Ahn Yong-bok como uma de suas provas da soberania sobre Takeshima.

Esta declaração de Ahn Yong-bok foi registrada nos *Anais do Rei Sukjong* no 9º mês do 22º ano do reino do Rei Sukjong (1696). Todavia, o mesmo documento (para fevereiro do ano seguinte) registra o repúdio do governo coreano às ações de Ahn, e assim podemos constatar que a Coreia reconheceu que suas ações não representam o país (Vide Complemento 1). Além disso, há um número de aspectos na declaração de Ahn que não condizem com a realidade, carecendo de credibilidade (Vide Complemento 2).

### Complemento 1: Ahn Yong-bok não representa a Coreia

É evidente a partir dos seguintes pontos que Ahn Yong-bok não representa a Coreia.

A viagem de Ahn Yong-bok ao Japão é avaliada como segue nos *Anais do Rei Sukjong*.

“Yi Sejae, oficial do governo Dongnae, disse ao rei que o emissário de Tsushima (Nota) perguntou ‘Um homem de seu país nos acusou: é assim que age sua corte?’ (去秋貴國人有呈單事出於朝令耶). Em resposta a isso, Yi declarou que ‘Se houvesse algo a explicar aqui, um intérprete oficial seria enviado a Edo, não havendo razão para mandar um pescador, como se estivéssemos com medo (若有可弁送一訳於江戶顧何所憚而乃送狂蠢浦民耶). [...] O Conselho de Defesa da Fronteira de Joseon declarou que ‘...o governo da Coreia não se responsabiliza pelo que pessoas ignorantes e sem noção possam ter dito.’ (...至於漂風愚民 設有所作為 亦非朝家所知) A resposta dessa forma ao emissário de Tsushima foi concedida e o Rei deu seu consentimento (請以此言及館倭允之).” (23º ano de Sukjong)

(Nota) O Domínio de Tsushima era a única rota oficial de diplomacia e comércio entre o Japão e a Coreia no período Edo.

O repúdio do governo coreano foi transmitido ao Japão em carta enviada ao lorde do Domínio Tsushima por Yi Seon-bak, Vice-Ministro Adjunto de Protocolo.

“Com relação ao homem à deriva na costa no ano passado, aqueles que vivem no mar sobrevivem navegando, e quando são apanhados por uma tempestade, eles são imediatamente conduzidos pelas ondas, atravessando a fronteira para chegar a seu país (昨年漂流事濱海之人率以舟楫為業颿風焱忽易及飄盪以至冒越重溟轉入貴国). [...] Se houve acusações da parte dele, ele cometeu o crime de fraudar uma carta (...若其呈書誠有妄作之罪). Portanto, nós já o exilamos de acordo com a lei (故已施幽殫之典以為懲戢之地).”

O barco de Ahn Yong-bok exibia uma bandeira na qual se lia “Tributação Geral das Ilhas Utsuryo e Joseon. Vassalo Ahn a Bordo” e Ahn se apresentou como “Inspetor Fiscal das Ilhas Utsuryo e Usan.” Esse título foi inventado, e o próprio Ahn admitiu a fraude de identidade. Os títulos de “Inspetor Fiscal” ou “Auditor Geral” que Ahn Yong-bok usou para se autodenominar referem-se a um cobrador de impostos das ilhas Utsuryo e Usan. Ahn aparentemente acreditava que a Ilha Usan fosse habitada de grande extensão.

### Complemento 2: Credibilidade das declarações de Ahn Yong-bok

Há inúmeras discrepâncias nas declarações de Ahn Yong-bok, não sendo críveis.

Ahn Yong-bok visitou o Japão duas vezes. A primeira vez foi em 1693, quando ele foi conduzido ao Japão como prova de que não havia pesca ao redor da Ilha Utsuryo (denominada “Takeshima” no Japão na época). A segunda vez foi em 1696, quando ele entrou ilegalmente no Japão para acusar o Domínio Tottori, e foi expulso por este. Ele foi interrogado pelo Conselho de Defesa da Fronteira de Joseon ao retornar à Coreia. Suas declarações estão registradas nos *Anais do Rei Sukjong*. De acordo com esse resumo, quando Ahn veio pela primeira vez ao Japão, ele obteve uma carta

do xogunato de Edo declarando que as Ilhas Utsuryo e Usan eram território coreano, mas o Domínio de Tsushima se apossou da carta. Todavia, negociações entre o Japão e a Coreia sobre pesca ao redor da Ilha Utsuryo iniciaram quando Ahn foi trazido de volta ao Japão e repatriado pelo Domínio de Tsushima, portanto, o xogunato de Edo nunca teria-lhe concedido uma carta afirmando que as Ilhas Utsuryo e Usan eram território coreano quando ele veio em 1693, antes do início dessas negociações.

Ademais, quando Ahn Yong-bok veio ao Japão em maio de 1696, ele declarou haver um grande número de japoneses na Ilha Utsuryo. Todavia, em janeiro do mesmo ano, as licenças de viagem marítimas concedidas às famílias Ohya e Murakawa foram canceladas porque o xogunato decidira proibir a passagem para a Ilha Utsuryo e transmitiu a diretriz ao Domínio Tottori. A República da Coreia alega que o xogunato decidiu proibir a viagem à Ilha Utsuryo com base nas declarações de Ahn devido à sua ida ao Japão em 1696. Mas Ahn chegou quatro meses após o xogunato ter proibido viagens à ilha.

Ahn Yong-bok foi interrogado ao voltar à Coreia. Está registrado que ele disse aos japoneses “Matsushima é a Ilha Jasan (Usan) e, portanto, também território de nosso país. Por que vocês ousam morar lá?” (松島即子山島、此亦我國地、汝敢住此耶). Nesse ano, não houve japoneses viajando para a Ilha Utsuryo, portanto essa estória não pode ser verdadeira. Aparentemente Ahn Yong-bok estava convencido de que pessoas poderiam morar na Ilha Usan. Quando ele foi pescar na Ilha Utsuryo em 1693, seus companheiros-lhe disseram que a ilha no nordeste da Ilha Utsuryo era a Ilha Usan (*Takeshimakiji*), e quando ele foi levado ao Japão, ele disse ter visto “uma ilha grande, muito maior do que a Ilha Utsuryo” (*Byeonrye Jibyo*). Ahn disse, “Matsushima é a Ilha Jasan (Usan).” Supõe-se que ele aprendeu o nome “Matsushima” (atual Takeshima) durante sua estada no Japão, e a relacionou com a Ilha Usan, que era tradicionalmente descrita nos mapas coreanos. Todavia, dizer que “Matsushima é a Ilha Jasan” não está, em termos de nomenclatura, efetivamente se referindo à Takeshima atual.

#### Pergunta 4

Há provas de que as ilhas pertenciam à Coreia antes da incorporação de Takeshima em 1905 pelo governo japonês?

#### Resposta

Não, a República da Coreia não apresentou provas concretas de que detinham a soberania sobre Takeshima.

(→ Refira-se aos Tópicos 2 e 6, Perguntas e Respostas 2)

Por exemplo, a República da Coreia declara que Usan ou Ilha Usan, que aparece nos documentos históricos coreanos da Era Joseon, como na “Sejong Sillok Jiriji (Seção Geográfica dos Anais do Reino do Rei Sejong: 1454)” e na “Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam (Edição Revista e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia: 1531)” seja Takeshima, e, portanto, que sempre fora seu território.

Todavia, “Usan”, nos documentos e mapas históricos é o outro nome da Ilha Utsuryo ou uma ilha menor separada, fora da costa da Ilha Utsuryo (Jukdo), e não Takeshima.

A República da Coreia insiste que ela estabeleceu um condado na Ilha Utsuryo pelo Decreto Imperial Coreano No 41 (1900), e definiu a área sob jurisdição do Condado da Ilha Utsu como “toda a Ilha Utsuryo e as ilhas Jukdo e Sokdo (石島 Ishi-jima),” e que essa Sokdo é Dokdo (o nome coreano de Takeshima).

Todavia, a República da Coreia ainda precisa apresentar provas concretas de que Sokdo é de fato Takeshima. Ademais, mesmo se, hipoteticamente, o decreto se referisse a Sokdo como sendo Takeshima, o Império Coreano nunca exerceu controle efetivo sobre Takeshima após a promulgação do decreto, e, dessa forma, não é possível terem sido estabelecidos direitos territoriais coreanos sobre ela.

Nota: Em 1882, o governo coreano aboliu sua política de “Ilha Vazia” em relação à Ilha Utsuryo, que ele mantivera por 470 anos, e iniciou o desenvolvimento da ilha. Mais tarde, em junho de 1900, a Coreia e o Japão realizaram uma pesquisa conjunta, já que havia um grande número de japoneses residindo na Ilha Utsuryo. O Império Coreano (a Coreia mudou seu nome de *Joseon* para *Daehan Jeguk*, o “Grande Império Han”, em outubro de 1897) promulgou em outubro de 1900 o decreto imperial No 41 rebatizando a Ilha Utsuryo como “Ilha Utsu”, fazendo com que o Magistrado do Condado Administrador da Ilha, baseado no relatório dessa pesquisa (*Uldo-gi* de U Yong-jeong), considerasse a necessidade de “intercâmbio com viajantes e comerciantes estrangeiros”. No Artigo 2 desse decreto, a jurisdição do Condado da Ilha Utsu foi definido como “toda a Ilha Utsuryo e as ilhas Jukdo e Ishi-jima.” Todavia, não é certo onde efetivamente estava localizada essa “Ishi-jima”, aparecida subitamente.

De acordo com o relatório da pesquisa realizada antes desse decreto, o comprimento da Ilha Utsuryo era 70 *ri* (aprox. 28 km), sua largura 40 *ri* (aprox. 16 km), e sua circunferência 145 *ri* (...全島長可為七十里 廣可為四千里 周廻亦可為一百四十五里). Está mencionado também, no “Pedido de Decisão de Gabinete Relativa à Mudança do Nome da Ilha Utsuryo para Ilha Utsu e a Mudança do Administrador da Ilha para o Magistrado do Condado” (1900) por Yi Kon-ha, Ministro do Interior, que “...a área da ilha relacionada é 80 *ri* no eixo longitudinal (aprox. 32 km) e 50 *ri* transversalmente (aprox. 20 km).” Torna-se claro por esses fatos que Takeshima, distante cerca de 90 km, estava fora desse escopo, e que Ishi-jima não é Takeshima. Considerando que ilhas relativamente grandes existem na área ao redor da Ilha Utsuryo (a poucos quilômetros da ilha), chamadas Jukdo e Gwannumdo, há uma possibilidade de que “Ishi-jima” signifique uma dessas ilhas.

1 *ri* (Japão) = cerca de 10 *ri* (Coreia) = cerca de 4 km

Point 1

Point 2

Point 3

Point 4

Point 5

Point 6

Point 7

Point 8

Point 9

Point 10

Perguntas e Respostas

### Pergunta 5

Takeshima se enquadra nos “territórios dos quais o Japão se apossou com violência e cobiça” constantes na Declaração do Cairo?

---

### Resposta

**Não, não se enquadra.**

(→ Refira-se ao Tópico 7)

A República da Coreia alega que Takeshima se enquadra nos “territórios dos quais o Japão se apossou com violência e cobiça” na Declaração do Cairo (1943) anunciada pelos líderes dos Estados Unidos, Reino Unido e China durante a Segunda Grande Guerra Mundial. No entanto, Takeshima nunca foi território coreano, uma vez que o Japão estabeleceu soberania sobre as ilhas até, o mais tardar, a metade do século 17, reafirmando-o com a incorporação das ilhas à Província de Shimane por decisão do gabinete de 1905, e exerceu sua soberania de forma pacífica e continuada. Isso deixa claro que Takeshima não era um território que o Japão tenha se apossado da Coreia.

A determinação final de território após uma guerra é dada por um tratado de paz ou outras formas de acordos internacionais. No caso da Segunda Grande Guerra Mundial, foi o Tratado de Paz de São Francisco que determinou legalmente os territórios japoneses, e a Declaração do Cairo não tem um efeito legal final na determinação do território japonês. Está confirmado no Tratado de Paz de São Francisco que Takeshima pertence ao território japonês.

### Pergunta 6

Takeshima foi excluída do território japonês pelo SCAP após a Segunda Grande Guerra Mundial?

---

### Resposta

**Não, não foi. O SCAP não tinha autoridade com relação à disposição do território.**

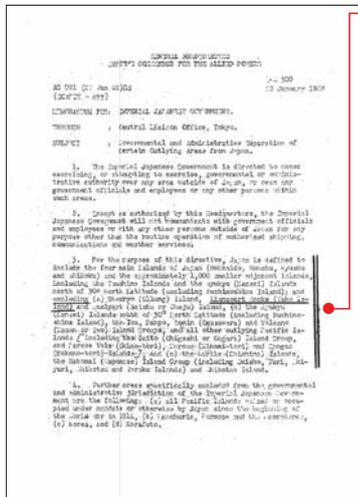
A República da Coreia alega que a SCAPIN (Nota de Instrução do Comandante Supremo das Forças Aliadas) No 677 (Vide Complemento 1) e No 1033 (Vide Complemento 2) excluíram Takeshima do território japonês. Todavia, ambas as diretivas explicitamente estipulam que não é uma expressão da política aliada relativa à determinação final do território, embora a República da Coreia não mencione isso. A posição coreana é, portanto, inaceitável.

É o Tratado de Paz de São Francisco, vigente a partir de 1952, que definiu legalmente o território do Japão após a Guerra. Portanto, está claro, tanto em termos do fato quanto em termos do direito internacional, que o tratamento de Takeshima pelo SCAP antes de o Tratado entrar em vigor não tem efeito sobre a soberania sobre Takeshima.

Complemento 1: SCAPIN N°677

Em janeiro de 1946, o Quartel General do Comandante Supremo das Forças Aliadas, com base na SCAPIN N°677, ordenou o governo japonês a provisoriamente cessar de exercer ou tentar exercer autoridade política ou administrativa sobre certas áreas. O item 3 da diretiva prevê que “Para os fins desta diretiva, o Japão é definido incluindo as quatro ilhas principais japonesas (Hokkaido, Honshu, Kyushu e Shikoku) e aproximadamente 1.000 ilhas menores adjacentes, inclusive as Ilhas Tsushima e as Ilhas Ryukyu (Nansei) ao norte, em 30° de Latitude Norte (excluindo a Ilha Kuchinoshima).” A diretiva então listou Takeshima juntamente com a Ilha Utsuryo, Ilha Jeju, Ilhas Izu, Ilhas Ogasawara, etc. como as áreas “excluídas.” (Nota 1)

Todavia, o Item 6 da diretiva menciona claramente que “Nada nesta diretiva será interpretado como uma indicação da política aliada relativa à determinação final das ilhas menores referidas no Artigo 8 da Declaração de Potsdam.” (Nota 2) (Artigo 8 da Declaração de Potsdam: “... a soberania japonesa estará limitada às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e ilhas menores que nós determinemos.”) A alegação da República da Coreia ignora isso por completo.



3. For the purpose of this directive, Japan is defined to include the four main islands of Japan (Hokkaido, Honshu, Kyushu and Shikoku) and the approximately 1.000 smaller adjacent islands, including the Tsushima Islands and the Ryukyu (Nansei) Islands north of 30° North Latitude (excluding Kuchinoshima Island);

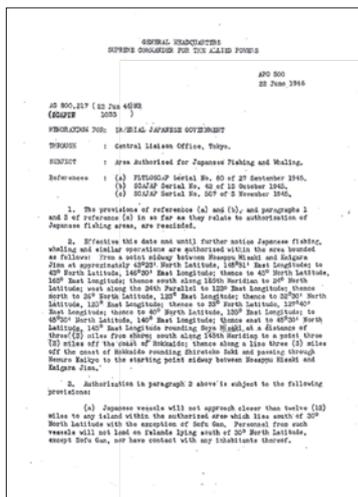
- and excluding
- (a) Utsuryo (Ullung) Island, Liancourt Rocks (Take Is- land) and Quelpart (Saishu or Cheju) Island,
- (b) the Ryukyu (Nansei) Islands south of 30° North Latitude (including Kuchinoshima Island), the Izu, Nanpo, Bonin (Ogasawara) and Volcano (Kazan or Iwo) Island Groups, and all other outlying Pacific Islands including the Daito (Ohigashi or Oagai) Island Group, and Parece Vela (Okino-tori), Marcus (Minami-tori) and Ganges (Nakano-tori) Islands, and
- (c) the Kurile (Chishima) Islands, the Habomai (Hapomaze) Island Group (including Suisho, Yuri, Akiyuri, Shibotsu and Taraku Islands) and Shikotan Island.

[Resumo (Nota 1) Vide a parte sublinhada]

6. Nothing in this directive shall be construed as an indication of Allied policy relating to the ultimate determination of the minor islands referred to in Article 8 of the Potsdam Declaration.

[Tradução em português (Nota 2) Vide a parte sublinhada]

SCAPIN N°677



3.(b) Japanese vessels or personnel thereof will not approach closer than twelve (12) miles to Takeshima (37°15' North Latitude, 131°53' East Longitude) nor have any contact with said island.

[Tradução em português (Nota 3) Vide a parte sublinhada]

5. The present authorization is not an expression of allied policy relative to ultimate determination of national jurisdiction, international boundaries or fishing rights in the area concerned or in any other area.

[Tradução em português (Nota 4) Vide a parte sublinhada]

SCAPIN N°1033

Complemento 2: SCAPIN N°1033

Em junho de 1946, o SCAP estendeu a área autorizada para pesca, inclusive a de baleia do Japão (a chamada “Linha MacArthur”) pela SCAPIN N°1033. O item 3 da diretiva estipula que “embarcações japonesas ou seu pessoal não se aproximarão mais do que 12 (doze) milhas de Takeshima nem terão contato com a referida ilha.” (Nota 3)

Todavia, o Item 5 da diretiva explicitamente menciona que “A presente autorização não é uma expressão da política aliada relativa à determinação última de jurisdição nacional, fronteiras internacionais ou direitos de pesca na área relacionada ou em qualquer outra área.” (Nota 4) A alegação da República da Coreia ignora isso também por completo.

A Linha MacArthur Line foi abolida em 25 de abril de 1952, e, com o Tratado de Paz de São Francisco entrando em vigor três dias depois, em 28 de abril, as diretrizes para cessação da autoridade governamental necessariamente se tornaram inválidas.

Point 1

Point 2

Point 3

Point 4

Point 5

Point 6

Point 7

Point 8

Point 9

Point 10

Perguntas e Respostas



**Secretaria de Negócios da Ásia e Oceania, Divisão do Nordeste da Ásia  
Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão**

Kasumigaseki 2-2-1, Chiyoda-ku, Tokyo 100-8919, Japão  
Tel: +81-(0)3-3580-3311

**Home Page do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão**  
**<http://www.mofa.go.jp/>**

Emitido em março de 2014